

**INDISSOCIABILIDADE ENTRE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO:
TENSÕES E DESAFIOS**

Hilda Gomes Dutra Magalhães

RESUMO

Se, de acordo com a Constituição Federal, a Universidade se caracteriza pela indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, na prática essa interação não ocorre com facilidade. Neste artigo propomo-nos a discutir as tensões e os desafios nesse processo. Através dessas reflexões será possível perceber que, para a integração ocorrer, será necessário repensar a estrutura da universidade, especialmente no que respeita ao gerenciamento das três atividades que caracterizam a universidade e à organização dos cursos, bem como capacitar os docentes tanto para a pesquisa quanto para o magistério superior.

PALAVRAS- CHAVE

Ensino superior; Ensino; Pesquisa e extensão; Tensões e desafios

**INTEGRATION BETWEEN THE TEACHING, RESEARCH AND
EXTENSION: TENSIONS AND CHALLENGES**

ABSTRACT

According to the federal constitution, university characterizes itself by the integration between the Teaching, Research and Extension, but in the practice generally this interaction does not happen. In this text we will analyze the tensions and challenges that exist in this process. Through this discussion, it will be possible to conclude that, for this integration to happen, it be necessary to rethink the structure of university, especially in what says respect to the management of these three activities that characterize the university and its organization, as well as the formation of the professors for the research and for the teaching.

KEYWORDS

The superior education; Research; Teaching and extension; Tensions and challenges

Gurgel (1986), Pinto (1986) e Chauí (1995), dentre outros, afirmam que a universidade brasileira preserva uma forte identidade com as classes dominantes e com a formação de quadros de profissionais responsáveis pela manutenção do *status quo*, servindo, portanto, como instrumento ideológico (ALTHUSSER, 2001), responsável pela preservação de interesses de grupos hegemônicos.

Nestas condições, ela padece do que Álvaro Vieira Pinto (1986, p. 83) identifica como “horror ao povo”. Privilegia como saber o conhecimento gerado por seus cientistas e ignora não apenas o conhecimento popular como também a realidade em que está inserida. Funciona, reproduzindo as palavras de Pinto, “como um anteparo destinado a ocultar a realidade do país à sua própria consciência” (PINTO, 1986, p. 35).

Tentando contribuir para a modificação dessa realidade, grupos ligados às lutas populares influenciaram na inclusão, no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, que passa a ser um requisito identitário essencial às instituições que querem se firmar como universidade.

Do ponto de vista do compromisso da Universidade com o desenvolvimento socialmente referenciado, a Constituição de 1988 significa, portanto, um avanço, se consideramos que não há como a universidade interferir na comunidade se ela não for capaz de dialogar com as necessidades da região em que está inserida, e isso só se faz através da pesquisa, da extensão e do ensino contextualizados.

Entretanto o dispositivo legal, em si, não é suficiente para garantir que a articulação ocorra de fato, pois, como diria Drummond, há muitas pedras no meio do caminho. Podemos observar, por exemplo, que, em nível de macro-sistema, os órgãos de fomento à ciência, à tecnologia, à cultura e à Educação ainda não têm consciência da necessidade dessa interação e nem a concretiza nos seus editais. Assim, quando recorremos a um desses interlocutores, somos instruídos a elaborar projetos bem definidos em uma ou outra instância (Pesquisa, Ensino ou Extensão), de modo que existe uma visão fragmentada também dos órgãos financiadores das atividades realizadas no Ensino Superior, em relação às atividades desenvolvidas na universidade.

Essa fragmentação será observada, também, no nível da organização da universidade brasileira. Lembra-nos Magalhães (2004, p. 7-8) que a universidade brasileira é originária da Ditadura, concebida segundo os moldes da universidade norte-americana, organizada, por sua vez, a partir de uma concepção de educação fragmentária, fragmentada

e fragmentadora. Em outras palavras, a estrutura que sustenta a universidade se apóia numa noção de educação de natureza empresarial, profissionalizante, verticalizante, que visa formar técnicos altamente capacitados, mas sem condições de exercer, em plenitude, a sua cidadania.

Podemos observar essa fragmentação estrutural também na forma como são organizados os cursos ainda hoje, em departamentos ou congregações, sem nenhuma ou quase nenhuma integração entre si, incentivando, conforme nos explica Mazilli (1996), uma produção especializada, descontextualizada e individualizada.

Essa fragmentação está presente, também, na organização das três pró-reitorias, tendo cada uma objetivos, programas, calendários e métodos de acompanhamento e avaliação diferentes, de modo que se torna necessário reordenar tanto os cursos quanto as pró-reitorias no sentido de viabilizar uma produção mais dinâmica e integrada dentro da universidade.

Não se trata, aqui, de se suprimir ou de fundir pró-reitorias, o que seria um erro, pois, na era relacional em que vivemos, é preciso cada vez mais construir pontes de diálogo com a comunidade organizada e com órgãos de fomento. Neste contexto, as pró-reitorias são instâncias de poder que precisam ser fortalecidas, pois elas são fundamentais na criação de novas redes de financiamento das ações desenvolvidas na universidade.

A médio prazo, o que se pode pensar, em relação aos cursos, é organizá-los em núcleos de identidade comum, facilitando, assim, as interações entre discentes e docentes de cursos que apresentem interfaces entre si.

No que diz respeito à organização estrutural do tripé universitário (que na verdade não é tripé), o que se pode vislumbrar, também a médio prazo, é a implantação de estruturas intermediárias que dialoguem com as três pró-reitorias, atuando, sobretudo, na gestão de projetos integrados. A simples criação dessas instâncias mediadoras já criaria uma logística que facilitaria a interação dos três eixos dentro das atividades universitárias.

No que concerne à concepção e práticas de educação inadequadas, a maior de todas as pedras que existem no caminho, temos a considerar o fato de que a interação do tripé exige uma postura diferente do professor dentro da universidade, passando de uma atitude simplesmente instrucionista, informativa, para a de mediador do processo de construção do conhecimento.

Esse é um grande desafio para a universidade brasileira concretizar a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, pois exige que seus docentes passem por uma revolução paradigmática (KUHN, 2006, p.147) e superem o modelo de educação tradicional, substituindo-o pelo paradigma educacional emergente (MORAES,1997, p.198).

Apesar dessas dificuldades, entretanto, há alguns pontos positivos a serem ressaltados. Para tentar compreender melhor a situação em que se encontra a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, precisamos considerar, separadamente, o nosso objeto sob o ponto de vista das atividades docentes e sob o ponto de vista da formação dos alunos.

No primeiro caso, a interface entre Pesquisa, Ensino e Extensão ocorre a partir da pesquisa. Um professor que não seja capaz de realizar pesquisas não pode, evidentemente, concretizar a indissociabilidade entre os três eixos universitários, porque lhe falta a competência para a construção do conhecimento e, portanto, a indissociabilidade está prejudicada.

Entretanto, uma vez realizando pesquisas, o docente concretiza a articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão, em algum momento de suas atividades. No que concerne ao Ensino, a inter-relação ocorre naturalmente, através da melhoria do nível das aulas. De fato, sabemos que os cursos de graduação mais bem avaliados, hoje, são oferecidos pelas universidades que têm também o maior número de programas de pós-graduação *stricto sensu*, que é onde se realizam as pesquisas de peso dentro da universidade.

De fato, ao realizar suas pesquisas, o pesquisador, quando entra em sala de aula, tem um nível de informações mais profundo e atualizado, do mesmo modo que também suas reflexões são mais aprofundadas e contextualizadas.

No que diz respeito à Extensão, o professor pesquisador, mesmo que não tenha nenhum projeto de extensão registrado na Pró-reitoria de Extensão, acaba, em um momento ou outro, socializando o produto de suas pesquisas, quando, por exemplo, é convidado para ministrar alguma palestra, curso ou prestar alguma assessoria.

O que podemos perceber no que diz respeito às atividades docentes, indo na contramão do que afirma Mazzili (1996), é que a interação entre as três principais atividades da universidade acontece com mais frequência do que se imagina, ainda que de forma não organizada. E, neste sentido, a criação de estruturas intermediárias

gerenciadoras de projetos integrados dentro da universidade poderia contribuir para uma melhor sistematização e organização dessas ações por parte do docente, que conta, hoje, com interlocutores diferenciados dentro da própria universidade, o que contribui para que ele trabalhe também de forma fragmentada.

No que diz respeito à indissociabilidade da Pesquisa, do Ensino e da Extensão, sob o ponto de vista da formação discente, podemos observar que o quadro não é dos melhores. Neste nível, a interface entre os três eixos ocorre a partir do Ensino e se, no que dizia respeito às atividades docentes, temos a constatação de que a indissociabilidade existe, mesmo que não organizada e sistematizada, no plano da formação discente o que acontece é o contrário. Com exceção de alguns alunos, que participam de programas de Extensão e de Iniciação Científica, a maioria não passa pela experiência da Extensão e nem da Pesquisa.

Mas por que é importante essa vivência? Do ponto de vista do compromisso da Universidade com a comunidade, a inserção dos alunos em atividades de Extensão e Pesquisa é, em todos os sentidos, positiva. Primeiro porque, lembrando Perrenoud (2000), o ensino do Século XXI deverá se dar através de competências, e tanto a pesquisa quanto o ensino propiciam o desenvolvimento de competências que são impossíveis de serem criadas unicamente em situações de sala de aula, no modelo de escola tradicional. Lembrando também Gardner (1995) e sua teoria das múltiplas inteligências, percebemos que as atividades de Extensão e de Pesquisa possibilitam que o aluno desenvolva, em plenitude, as várias inteligências ou formas de apreensão do mundo que caracterizam o humano.

Do ponto de vista da formação da cidadania, Magalhães (2004) afirma que não se aprende a ser cidadão apenas na teoria, mas na prática cotidiana. O exercício da cidadania exige o desenvolvimento de competências específicas, tais como a capacidade de criticar, de formar grupos e parcerias, de planejar, de propor e realizar ações em conjunto, competências que a Pesquisa e sobretudo a Extensão podem ajudar a desenvolver.

O grande desafio está em que os docentes de hoje ainda trabalham num modelo de escola essencialmente tradicional. Ligado a este, outro desafio consiste na escassez de metodologias que nos permitam ensinar interdisciplinarmente. Dentro desse contexto, a mais divulgada das metodologias, é a pedagogia de projetos, desenvolvida por Hernandez e

Ventura, nos fins dos anos 80 e amplamente divulgada na escola básica, mas praticamente desconhecida na Universidade, à exceção dos cursos de licenciatura.

Novas metodologias de ensino centradas nas relações, no dialogismo entre Ensino, Pesquisa e Extensão precisam ser desenvolvidas e aplicadas, visando a indissociabilidade entre Pesquisa, Ensino e Extensão, sob a perspectiva da formação do aluno. Em termos práticos, trata-se de, através do Ensino, se democratizar as atividades de Pesquisa e Extensão, que, até pouco tempo atrás, eram privilégio de alguns poucos alunos, geralmente os mais bem sucedidos nas disciplinas. Hoje, o aumento de bolsas de iniciação científica e a criação de programas de voluntariado tanto na Extensão quanto na Pesquisa aumentaram bastante o número de alunos nessas modalidades, entretanto, mesmo assim, a maioria não vivencia, de forma articulada, as experiências de ensino, pesquisa e extensão em sua formação.

Concretizar, a partir do Ensino, os dois eixos do tripé universitário na formação do aluno significa, portanto, democratizar essas duas atividades, de modo a torná-las presentes no cotidiano da formação do futuro profissional. Significa, do ponto de vista do Ensino, mais especificamente do ponto de vista metodológico, conceber a Pesquisa e a Extensão como estratégias de ensino. Isso significa, definitivamente, realizar um ensino a partir da imersão do aluno na vida; da Universidade na Comunidade.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001. (Biblioteca de Ciências Sociais; 25).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislação/const>. Acesso em: 12 mar. 2006.

CHAUÍ, M. Ética e universidade. **Universidade e sociedade**, Brasília: Andes, v. 8, p. 82-87, fev. 1995.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1999, Brasília. **Plano nacional de extensão universitária**. Disponível em: <http://www.renex.org.br/arquivos/pne/planonacionaldeextensao.doc>. Acesso em: 5 mar. 2006.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO, 12, 1999, Ilhéus. **Plano nacional de graduação**. Disponível em: http://www.pp.ufu.br/Plan_Grad.htm. Acesso em: 6 mar. 2006.

GARDNER, H. **Inteligências múltiplas: a teoria na prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GURGEL, R. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação**. São Paulo: Cortez, 1986.

HERNANDEZ, F.; VENTURA, M. **A organização do currículo por projeto de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 9.ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

MAGALHÃES, H. G. D. **A pedagogia do êxito: projetos de resultado**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MARTINS, L. M. **Ensino-Pesquisa-Extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na universidade**. Disponível em: http://www.fmvz.unesp.br/Eixos/Eixo_2/ensino-pesquisa-extensao.pdf. Acesso em: 22 out. 2006.

MAZZILI, S. Notas sobre indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão. **Universidade e Sociedade**, Brasília, p. 4-10, jun.1996.

MORAES, M. C. **O paradigma educacional emergente**. 11 ed. São Paulo: Papirus, 1997.

MORIN, E. **Os setes saberes necessários à Educação do futuro**. Brasília: Cortez, 2000.

PERRENOUD, P. **10 novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PINTO, A. **A questão da universidade**. São Paulo: Cortez, 1986.

VEIGA, I. P. **Educação básica e educação superior: projeto político pedagógico**. Campinas: Papirus, 2004.

HILDA GOMES DUTRA MAGALHÃES

Professora (Doutora em Teoria da Literatura, com pós-doutoramento na Universidade de Paris III e na École des Hautes Études en Sciences Sociales/França)
Atualmente é docente na Universidade Federal do Tocantins- Campus de Araguaína – Curso de Letras
E-mail: hildadutra@uft.edu.br